



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL
RICARDO VALE - PT



REQUERIMENTO Nº **RQ 3113 /2017**

(Do Sr. Deputado Ricardo Vale)

LIDO
31 10 17
M

Sector Protocolo Legislativo
RQ Nº 3113 / 2017
Folha Nº **01 E.J.**

Requer a realização de Audiência Pública, no dia 06 de novembro do corrente ano, no Plenário desta Casa de Leis para que as Entidades, Autoridades do Setor e Acadêmicos discutam propostas de um novo modelo para o Setor Energético para o Distrito Federal e para o país.

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 145, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação deste **REQUERIMENTO** para realização de Audiência Pública, no dia 06 de novembro do corrente ano, as 15H00, no Plenário desta Casa de Leis, para que as Entidades, Autoridades do Setor e Acadêmicos discutam um novo modelo para o Setor Energético para o Distrito Federal e para o país.

JUSTIFICAÇÃO

O Setor Energético Brasileiro (SEB) é essencial para uma digna qualidade de vida. Assim, amplos segmentos defendem uma forte presença do estado nesse setor, condição necessária para que o agente público tenha capacidade de continuar a realizar os investimentos necessários para que o Brasil prossiga na universalização dos serviços.

De acordo como o DIEESE, "O setor elétrico vem enfrentado mudanças importantes desde a edição da Lei 12.783/2013, que definiu as regras para a renovação de um conjunto de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica". O recente anúncio do atual governo federal, da adoção de uma política de privatizações no setor com a venda de ativos da Eletrobras e a possível venda de distribuidoras estaduais, deverá marcar o início de uma fase que poderá trazer grandes prejuízos para a população e para o país.

Nesse momento, Senhor Presidente, a atuação de amplos setores da sociedade concentra-se na luta contra privatização do SEB, considerando que prejudicará a população com aumento ainda maior de tarifas para os consumidores; colocará em risco o fornecimento de energia para os municípios do interior, já que uma empresa privada visará exclusivamente o lucro e não terá obrigações sociais com a população mais pobre; aumentará o desemprego; sem contar a questão da soberania nacional, já que permitiria a livre entrada do capital estrangeiro.

Além disso, ainda segundo o DIEESE, com o veto presidencial na Lei 13.360/2016 da emenda que garantia parte dos empregos das empresas que deverão ser privatizadas, nenhuma referência é feita aos trabalhadores das empresas que

85207
(P)

2
1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL
RICARDO VALE - PT



serão vendidas ou das concessões que serão leiloadas. Isto é, são milhares de trabalhadores que poderão perder os seus empregos num futuro próximo.

A energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. No Brasil, país de dimensões continentais, os desafios são imensos e cada vez mais o setor tem um papel estratégico para o crescimento da economia. A energia elétrica brasileira tem sua geração composta majoritariamente por fontes hidroelétricas renováveis e o setor está dentre os mais modernos e robustos do mundo.

Devemos levar em conta que mais de 90% (noventa por cento) da energia consumida no Distrito Federal e Entorno é gerada e fornecida por empresas estatais que estão na mira do projeto de privatização anunciado pelo governo federal, o que, segundo especialistas, traria sérios riscos no fornecimento e aumento significativo da tarifa.

Atualmente a responsabilidade pela gestão e manutenção do sistema está nas mãos dos mais de 230 mil trabalhadores espalhados por todo o país. Na década de 1990, a privatização e a falta de investimentos levaram o setor a viver momentos muito difíceis, fazendo com que ainda hoje sofra com a crescente precarização das condições de trabalho que ocorre sobretudo com a terceirização indiscriminada, que já corresponde a mais de 55% do total de trabalhadores.

Um novo modelo para o setor energético pressupõe, entre outros, uma grande participação estatal para o seu contínuo desenvolvimento; o combate à precarização do trabalho e terceirização indiscriminada; a expansão e democratização do acesso ao sistema elétrico, com tarifas justas para todos; remuneração e benefícios dignos e condizentes com a responsabilidade que os trabalhadores do setor têm para como nosso país.

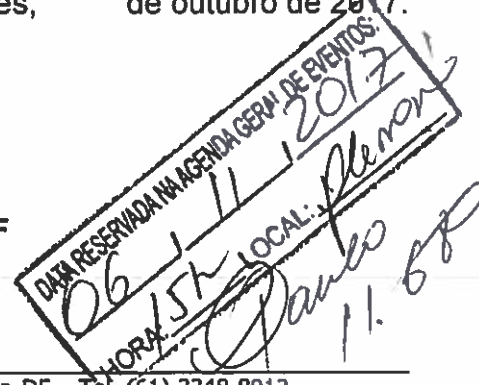
Assim, Senhor Presidente, é de extrema importância que esta Casa dialogue com as instituições e especialistas do Setor esse novo modelo energético brasileiro.

Diante do exposto, solicitamos aos nossos pares a aprovação da presente Audiência Pública.

Sala de Sessões, de outubro de 2017.

Setor Protocolo Legislativo
RA Nº 3113 / 2017
Folha Nº 02 E.J.


Ricardo Vale
Deputado Distrital – PT/DF



Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.113/17.

Autoria: Deputado (a) Ricardo Vale (PT)

Ao SPL para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa para inclusão na Ordem do Dia. (Art. 145, VIII do RICL).

Em 01/11/17



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3113 / 2017
Folha Nº 03 E2.